



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

**PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº \_\_\_\_\_, DE 2013**

**(Da Deputada Nilda Gondim)**

Requer que a Comissão de Seguridade Social e Família efetue fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, para investigar denúncias sobre a não prestação do exame preventivo ginecológico PCCU na rede pública de saúde de municípios do Amapá.

Senhor Presidente,

Com base na última parte do § 1º do artigo 100, no inciso X do artigo 24, artigo 60, no §1º do art. 61, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e do inciso IV do artigo 71 da Constituição da República, requeiro, ouvido o Plenário desta Comissão, adoção de medidas necessárias para a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, de fiscalização e controle para investigar denúncias sobre a não prestação do exame preventivo ginecológico PCCU na rede pública de saúde de municípios do estado do Amapá.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Subcomissão Especial para debater o tema da violência contra a mulher, que tenho a honra de presidir, esteve em missão oficial ao Amapá nos dias 08 e 09 de agosto de 2013, promovendo, em parceria com a Assembleia Legislativa daquele estado, o Encontro “Sete Anos da Lei Maria da Penha: debate sobre a situação da violência contra a mulher

no Amapá”. Na oportunidade a comitiva recebeu denúncias sobre a não prestação do exame preventivo ginecológico de câncer de colo de útero, conhecido como Papanicolau ou PCCU, pela rede pública do Amapá. Segundo militantes do movimento social, o exame não seria ofertado desde 2011 nos municípios amapaenses, e antes, quando ofertado, os resultados demorariam muitos meses para serem disponibilizados; de acordo com gestora municipal de Macapá, e os kits para realização do exame teriam passado a ser distribuídos apenas a partir de 10 de agosto de 2013; conforme afirmado por Deputada Estadual, no município de Santana o PCCU passou a ser oferecido somente a partir de maio de 2013; segundo gestores municipais, foram incineradas milhares de lâminas com amostras para o exame, de modo que as mulheres nunca receberam os respectivos resultados e, ainda segundo as denúncias, a administração pública macapaense sabia que os exames para os quais foram coletados materiais não seriam realizados porque não havia contratos para tanto.

Esse exame integra a rede de Atenção Básica em Saúde, que é financiada via repasses de verbas federais do Fundo Nacional de Saúde aos fundos estaduais e municipais de saúde. Insere-se a investigação, portanto, dentro das competências fiscalizatórias e de controle do Congresso Nacional.

Desta forma, peço apoio dos nobres colegas para a aprovação desta proposta.

Sala da Comissão,        de agosto de 2013.

**NILDA GONDIM**

**Deputada Federal**